

Sarney quer voto no DF

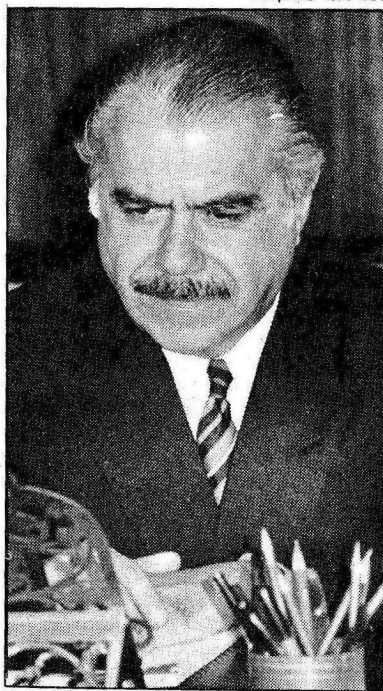
com prefeito nomeado

Arquivo 15.04.86

O presidente José Sarney quer extinguir o cargo de governador do Distrito Federal. Em substituição ao governador, Sarney defende que Brasília passe a ser administrada por um prefeito nomeado pelo presidente da República e que a população das cidades-satélites eleja diretamente seus administradores, que também teriam status de prefeito. Esta é a posição oficial do Palácio do Planalto, segundo informou ontem o porta-voz da Presidência da República, Frota Neto.

A justificativa de Sarney para evitar as eleições, de um governador para todo o Distrito Federal, baseia-se na questão da segurança. Sarney preocupa-se com a possibilidade de o governador do DF não estar em sintonia com o Presidente da República, a quem caberia a responsabilidade de manter a segurança dos Palácios do Planalto, e da Alvorada, além dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Sarney, segundo Frota Neto, citou como exemplo o caso de Paris. Na capital da França, o prefeito de Paris é nomeado, mas para administrar toda a cidade são eleitos 16 **arrondissement** (bairros). Ele citou também o caso de Washington, onde o prefeito é eleito, mas parte da cidade fica sob a responsabilidade do Governo Federal, já que naquela área estão os poderes constituídos.



Sarney: nomeação e diretas

A fórmula defendida por Sarney é semelhante. Para administrar a área de interesse do Governo Federal — ou seja, Esplanada dos Ministérios, Plano Piloto, Lagos Sul e Norte, além do Setor Militar Urbano —, o Presidente da República nomearia um prefeito. As cidades-satélites, porém, teriam autonomia administrativa com a

eleição direta dos administradores, com status de prefeitos.

Autonomia relativa

O senador José Richa (PMDB-PR) contesta a proposta de Sarney. Na comissão da Constituinte que debateu o modelo político-administrativo para o Distrito Federal, Richa foi derrotado em sua proposta de não se eleger o governador do DF. Mas, conforme Richa, no substitutivo do relator Bernardo Cabral, mesmo com eleição, o Distrito Federal teria uma autonomia política relativa. Isto porque, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Poder Judiciário ficariam subordinados à Presidência da República. Dessa forma, estaria garantida a segurança dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário — o que derrubaria os argumentos do Palácio do Planalto.

Richa, que desfruta do círculo de confiança do Presidente da República, afirmou ainda que Sarney "já está informado sobre este assunto". O senador, porém, lamenta apenas uma realidade: "Ninguém está tendo o trabalho de ler o anteprojeto da Constituinte".

Até o início dos anos 70, o DF era dirigido por um prefeito. Ao assumir o Palácio do Buriti, o coronel Hélio Prates pediu ao então presidente Médici que recebesse o status de governador. Desde então, o DF é dirigido por um governador nomeado.